



Jornada pelo Desenvolvimento
com Distribuição de Renda e Valorização do Trabalho

CUT
FASIS

CADERNO DE SUBSÍDIOS Nº3

Política Industrial e Desenvolvimento

Agosto 2011

Expediente

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT GESTÃO 2009-2012

PRESIDENTE

Artur Henrique da Silva Santos

VICE-PRESIDENTE

José Lopez Feijóo

SECRETÁRIO-GERAL

Quintino Marques Severo

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Vagner Freitas de Moraes

SECRETÁRIA DE COMBATE AO RACISMO

Maria Julia Reis Nogueira

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Rosane Bertotti

SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO

José Celestino Lourenço (Tino)

SECRETÁRIA DA JUVENTUDE

Rosana Sousa de Deus

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

Carmen Helena Ferreira Foro

SECRETÁRIA DA MULHER TRABALHADORA

Rosane da Silva

SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO E POLÍTICA SINDICAL

Jacy Afonso de Melo

Ficha Técnica

JORNADA PELO DESENVOLVIMENTO PLATAFORMA DA CUT PARA AS ELEIÇÕES 2010

COORDENAÇÃO

Artur Henrique
Rosane da Silva

ORGANIZAÇÃO

Anderson Campos
Darlene Testa
Patrícia Pelatieri

APOIO TÉCNICO

Subseção DIEESE – CUT Nacional

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

MGiora Comunicação

Introdução

A Central Única dos Trabalhadores – CUT incluiu a temática da política industrial como uma de suas prioridades para sua intervenção. Trata-se de pôr em prática a estratégia de transformar as diretrizes da Plataforma da CUT para as eleições 2010 em bandeiras de luta e ações concretas, possibilitando ampliar seu protagonismo no cenário nacional e internacional.

Conforme apontamos na Resolução de dezembro de 2010, estamos no limiar de um novo período político, o que nos traz novos desafios e tarefas. Se fomos capazes, até agora, de enfrentar o neoliberalismo e caminhar para um novo modelo de desenvolvimento, integrando amplas massas ao conceito de nação, temos agora o desafio de aprofundar as mudanças e a política industrial, fundamental para esse processo.

O Seminário “Política Industrial e Desenvolvimento”, que realizamos neste dia 9 de agosto de 2011, na cidade de Brasília, tem como objetivo aprofundar o debate e elaborar propostas da CUT sobre uma Política Industrial para o Brasil, que vise o desenvolvimento baseado na sustentabilidade ambiental, na ampliação da participação dos salários na distribuição funcional da renda nacional e no emprego decente.

Esse Seminário é parte do Ciclo de Debates da Jornada pelo Desenvolvimento 2011, alicerçado pelo eixo da estratégia da CUT que tem como uma de suas dimensões: ‘a unidade e coerência entre a política econômica e a opção de desenvolvimento de caráter sustentável, democrático e popular, com novo reposicionamento público do Estado.’ ”

***Direção Nacional da CUT
Agosto de 2011***

Seminário: Política Industrial e Desenvolvimento

Programa

9 de agosto de 2011

9h – As propostas do governo para a nova Política Industrial

Objetivo: Expor o atual Plano de Política Industrial do governo federal bem como debater suas implicações no emprego e renda dos trabalhadores e no desenvolvimento do país.

- Mauro Borges Lemos – Presidente da ABDI representando o Ministro Fernando Pimentel – MDIC
- Luciano Coutinho – BNDES – a confirmar
- Aloisio Mercadante – Ministro da Ciência e Tecnologia – MCT – a confirmar

Debatedores:

- Anselmo dos Santos - CESIT/Unicamp
- Artur Henrique – Presidente da CUT

13h – Almoço

14h30 – Política Industrial Brasileira na perspectiva setorial

Objetivo: Debater as propostas atuais para o setor e atualizar o panorama setorial identificando as principais características em nível nacional e internacional, indicadores recentes do setor, investimentos previstos e gargalos produtivos, tecnológicos e de condições de trabalho.

- Química (fármacos, plástico, borracha, petróleo, petroquímica)
- Metalúrgica (automotivo, siderurgia, naval, bens de capital, aeroespacial e eletroeletrônico)
- Vestuário e calçado
- Alimentícia
- Construção, Madeira e Mobiliário
- Outros setores envolvidos (energia, transporte, agroindústria)
- Sérgio Mendonça - Técnico Dieese (panorama articulado dos setores)

17h – Sistematização das propostas e encaminhamentos

19h – Coquetel de Encerramento

Política Industrial na Estratégia da CUT

A Política Industrial é um componente essencial do modelo de desenvolvimento democrático, inclusivo e sustentável que almejamos e lutamos para consolidar no Brasil

Por isso, destacamos abaixo as Resoluções do CONCUR e as propostas contidas na Plataforma da CUT.

Resolução 10º CONCUR - 2009

Consolidação de um Estado democrático

Disputar um modelo de desenvolvimento que tenha como elemento decisivo a participação popular nas decisões políticas; com sustentabilidade econômica, social e ambiental, distribuição de renda e a valorização do trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

Temos uma concepção de Estado que está vinculada a um projeto alternativo de sociedade. Reafirmamos a atualidade de tal projeto. O Estado, o desenvolvimento e a organização social que defendemos fazem parte do projeto democrático e popular com horizontes transitórios para a sociedade socialista.

Defendemos uma proposta de reorganização do Estado brasileiro segundo princípios democráticos; assentada na garantia e na ampliação de direitos – especialmente os do trabalho –, na crítica ao predomínio dos princípios mercantis, para reverter a lógica privatista neoliberal de sucateamento e desmonte do Estado, e na constituição de uma esfera pública cada vez mais estruturada por processos de democracia direta e participativa. Isto implica na compreensão de que lutamos por um Estado forte, com capacidade de investimentos em políticas públicas voltadas para o atendimento dos interesses e demandas da maioria da população nos campos da educação, da saúde e da proteção social; fomentando a geração de trabalho decente e ampliando o poder de compra por meio do estímulo à produção, junto com a ampliação dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Um Estado Democrático, com caráter público, cuja gestão esteja sustentada na participação ativa da sociedade civil. Isto implica a compreensão de uma concepção de sociedade cuja cidadania se expresse através de instrumentos que coadunem aspectos da democracia direta e indireta, já que a construção de um novo marco ético-político na gestão do Estado em nosso país, passa necessariamente pela construção de um projeto que lhe confira um caráter democrático e popular.

(...) Se a ampliação da intervenção do Estado for combinada com o controle social de suas atividades, os cidadãos e cidadãs ganharão mais poder de decisão sobre as próprias condições de vida. Ou seja, a classe trabalhadora só será politicamente hegemônica revolucionando a estrutura do Estado. (...) O controle social é fundamental para redefinir o papel do sistema financeiro, de forma a ampliar e baratear o crédito, visando o desenvolvimento econômico e a geração de empregos. É necessário impor limites à ação predatória das empresas financeiras; normatizar a atuação dos bancos públicos; e regular as atividades de instituições bancárias estrangeiras no país de modo a subordiná-las aos interesses nacionais e a critérios de reciprocidade.

Potencializar a Jornada pelo Desenvolvimento

O novo modelo para o setor energético, em relação à energia renovável que defendemos, deve ser capaz de redirecionar a economia para o crescimento de modo a possibilitar o aumento da produtividade, ao mesmo tempo em que incorpore parcela crescente da população ativa, redistribuindo melhor o tempo de trabalho, isto é, reduzindo a intensidade do trabalho e ampliando a participação da força de trabalho na produção. Nesse campo, situam-se, dentre outras, as políticas para a ampliação da reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, uma política salarial que contemple minimamente os trabalhadores da iniciativa privada nas convenções coletivas, a potencialização da campanha contra a privatização do petróleo e gás, e a articulação das questões de energia, saneamento e meio ambiente com o debate geral de modelo de desenvolvimento sustentável. Assim como a campanha

pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário e limitação do uso das horas extras que, neste momento, ganha um novo sentido.

Para isso, realizaremos no próximo período, no âmbito da Jornada pelo Desenvolvimento, um Ciclo de Debates sobre temas que correspondem às questões essenciais para a conformação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil sob a ótica da classe trabalhadora, a exemplo: política internacional, política agrícola e agrária, sistema financeiro e tributário, política cambial, política industrial, democracia e participação popular, comunicação, educação, saúde, energia, saneamento e meio ambiente, política urbana, mercado de trabalho e regulação, e igualdade de oportunidades, culminando na Plataforma da CUT para 2010.

Plataforma da CUT para as eleições 2010

Política Industrial - produzindo com eficiência e sustentabilidade

1. Constar nas macrometas da PDP, a distribuição da renda gerada pelo crescimento econômico e a compatibilização deste com a sustentabilidade ambiental; a ampliação da participação dos salários na distribuição funcional da renda nacional por meio da partilha dos ganhos de produtividade entre o capital e o trabalho e a geração de empregos formais;

2. Garantir transparência e controle social nas decisões do Conselho Nacional de Biossegurança (CNTBio), em especial no debate das patentes de sementes transgênicas e agrotóxicos;

3. Definir os setores a serem beneficiados por programas, ações, fundos e linhas especiais de financiamentos, levando em consideração:

a. critérios estratégicos para o desenvolvimento sustentável como: maior conteúdo tecnológico e valor agregado, respeito ao meio ambiente, proteção e geração de trabalho decente;

b. ênfase nas cadeias e redes produtivas;

c. incentivo a produção nacional, em especial, nos setores estratégicos;

d. considerar o setor de bens de capital como estratégico na política industrial;

e. viabilizar o setor de reciclagem nas diversas cadeias produtivas (logística e manufatura reversa);

f. criar programa que incentive aos investimentos em tecnologias ambientalmente sustentáveis;

g. incluir o setor de material ferroviário no “Programa para fortalecer a produtividade” da PDP;

h. criar política de responsabilização das empresas sobre o destino seguro dos resíduos sólidos oriundos dos produtos por ela produzidos;

i. desenvolver e fortalecer os setores que mantêm alto índice de importação de peças e produtos, com vistas a substituição do produto importado por produto nacional;

j. criar política que desestimule a produção através de maquiladoras, ampliando a produção nacional;

k. apoiar as micro, pequenas e médias empresas a partir de financiamentos especiais, capacitação gerencial e administrativa e política de formação profissional específica, tendo como contrapartida a garantia de geração de emprego e focalização em áreas estratégicas;

l. O “Programa mobilizador em áreas estratégicas da indústria de defesa” deve exigir a transferência de tecnologia e nacionalização na fabricação de estruturas, peças e motorização de aeronaves.

4. Constituir e consolidar os espaços tripartites para a estruturação e a gestão da política industrial; garantindo a efetividade da participação do movimento sindical na sua formulação, em nível nacional e regional, em especial, dos diversos programas, fundos e desonerações tributárias; as condições técnicas para a participação do movimento sindical nos espaços tripartites que debatem o tema da política industrial e a transparência e o controle social no emprego de recursos públicos e desonerações tributárias.

Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos

- 5.** Incentivar as empresas que promovam a inovação tecnológica, através de linhas de financiamento especiais, e que respeitem as contrapartidas sociais;
- 6.** Desenvolver política de inovação que fomente e substitua os processos produtivos prejudiciais à saúde dos trabalhadores, que precarizam o trabalho e o emprego;
- 7.** Ampliar o controle social na definição das estratégias e dos desembolsos dos recursos para CT&I;
- 8.** Promover a aplicação de modelos e de metodologias inovadoras para solucionar os problemas de acesso e de exclusão social;
- 9.** Investir no desenvolvimento de novos produtos, serviços e processos em áreas como a saúde, a educação, os transportes, o saneamento e a habitação;
- 10.** Considerar as inovações que estão associadas aos saberes tradicionais (por exemplo, as plantas medicinais), criando mecanismos para promovê-los e difundi-los;
- 11.** Reconhecer, maximizar e capacitar a juventude como agente de inovação e desenvolvimento econômico e social;
- 12.** Garantir a apropriação pública das inovações pela sociedade brasileira em geral, com a criação de programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico que promova melhorias nas condições de saúde, segurança e meio ambiente;
- 13.** Promover, no nível do setor e das empresas, acordos tripartites de incentivo à inovação;
- 14.** Criar programas que protejam e dinamizem a inteligência nacional, articulando universidades, centros de pesquisa, empresas e trabalhadores/as no processo de inovação;
- 15.** Garantir exploração do desenvolvimento tecnológico para o pleno beneficiamento das matérias-primas brasileiras;
- 16.** Integrar as políticas de desenvolvimento produtivo, a política científica e tecnológica e a de meio ambiente, possibilitando que o desenvolvimento de tecnologias de baixa emissão de carbono e, principalmente, sua disseminação na indústria brasileira, ampliem a geração de empregos sustentáveis;
- 17.** Incentivar pesquisas sobre o impacto para a saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da utilização da nanotecnologia, especialmente no setor farmacêutico e de cosméticos, nos quais é muito difundida e tem uma presença significativa de mulheres.

Desenvolver políticas efetivas de proteção dos trabalhadores mediante as medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas

- 18.** Garantir que a transição para uma sociedade mais sustentável e uma economia de baixo carbono e que a possibilidade de uma 'economia verde' mantenha postos de trabalhos e meios de vida decentes para todos;
- 19.** Ampliar investimentos em longo prazo para desenvolver políticas industriais sustentáveis, criando e mantendo postos de emprego verde;
- 20.** Garantir consulta sobre direitos laborais e humanos na transição para uma sociedade com menos emissão de carbono;

21. Fornecer formação para os trabalhadores sobre processos e tecnologias limpas, que é a chave para que ocorra a absorção e o desenvolvimento de novas tecnologias, além do aproveitamento do potencial de investimentos verdes.

Reorganizar a política tributária brasileira com vistas a promover o crescimento e a distribuição de renda

22. Constar nas ações ligadas a incentivos fiscais e tributários ou que recebam financiamento público:

a. estabelecimento de contrapartidas sociais, como geração de emprego, redução da rotatividade, respeitando a Convenção 158 da OIT, a promoção do trabalho decente, o direito à organização no local de trabalho e o respeito às organizações do movimento sindical e à negociação coletiva;

b. garantia do acesso à informação sobre as empresas que foram beneficiadas pelos programas;

c. garantia da criação de mecanismos de combate à guerra fiscal entre estados e municípios pela política industrial;

d. as políticas de incentivos fiscais não devem incluir as contribuições ligadas à seguridade social.

Reduzir as desigualdades regionais

23. Definir ações para desenvolvimento industrial regional, visando:

a. ressaltar as potencialidades e respeito às especificidades de cada região e as articulações com a política industrial nacional;

b. contribuir para o desenvolvimento regional, estimulando iniciativas que valorizem a dimensão espacial e o fortalecimento de arranjos produtivos locais;

c. apoiar a revitalização e/ou reconversão de áreas em processo de desindustrialização;

d. apoiar programas de inovação e modernização nas regiões tradicionalmente industrializadas.

Plano Brasil Maior – Considerações iniciais

Apresentamos a seguir considerações iniciais sobre o Plano Brasil Maior, a partir das primeiras informações disponibilizadas pelo governo federal. Essas informações não são o plano completo e, portanto, as avaliações aqui apresentadas são limitadas.

A consideração preliminar a ser feita é que, embora a Presidenta Dilma tenha no seu pronunciamento dito que muitas das medidas ali anunciadas foram “fruto de ideias e propostas e da pressão legítima de trabalhadores e empresários”, o fato é que não houve a participação dos trabalhadores na elaboração da política.

Como diversas vezes a CUT e seus Ramos têm reafirmado, medidas que impactam diretamente a vida dos trabalhadores e da sociedade em geral, como neste caso, deveriam ser debatidas com as entidades envolvidas. Esse é o pressuposto da democracia.

Como ainda será necessário detalhar os desdobramentos da maior parte das medidas anunciadas, é imprescindível que os próximos passos tenham a participação dos trabalhadores.

O plano prevê:

- Desonerações tributárias;
- Financiamento à inovação;
- Aplicação de recursos em setores de alta e média/alta tecnologia;
- Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
- Criação de programa para qualificação de mão de obra;
- Desoneração, financiamento e garantias para as exportações;
- Preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais;
- Financiamento de projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa.

Com essas medidas, o governo pretende, em especial:

- Promover um salto tecnológico;
- Estimular a geração de empregos mais qualificados;
- Agregar maior valor à produção industrial.

Comentários:

Assim como a PITCE e a PDP, a iniciativa, embora no caminho correto, não atua no problema principal: a política de altos juros e câmbio valorizado.

- * Boa parte dos financiamentos previstos, em especial aqueles para inovação tecnológica, será desembolsado pelo BNDES.

Esse banco concentra boa parte das operações em atividades de baixa intensidade tecnológica e certamente a inversão proposta desses investimentos demanda tempo;

- * No caso específico dos empregos, não há meta definida, o que demonstra que a criação dos empregos poderá ser uma decorrência da política, ou ainda, uma decorrência das medidas relacionadas à qualificação dos trabalhadores (meta de ampliar número de trabalhadores com nível médio de 53,7%, em 2010, para 65% em 2014);
- * Chama a atenção no item Defesa da indústria e do mercado interno, a medida que zera a alíquota sobre a folha de pagamento para os setores de confecções, calçados e artefatos, móveis e software, sendo que dos calçados, confecções e móveis a alíquota será de 1,5% sobre o faturamento e do software de 2,5%. A proposta inclui o estabelecimento de um comitê tripartite para acompanhar as medidas nos setores definidos como “piloto”.

Algumas preocupações:

- * O Tesouro afirmou que irá garantir a receita menor da previdência social, mas a dificuldade do controle do faturamento das empresas e as possíveis oscilações da economia podem colocar uma conta maior a ser paga pelo Tesouro.
 - * Trata-se de uma fonte desvinculada do trabalho e dependente das escolhas dos empresários. Sem uma alíquota vinculada diretamente à sustentação da Seguridade (como é o caso do recolhimento sobre a folha de pagamento), é difícil ter, de fato, alguma garantia dos recursos.
 - * Falta a definição do que exatamente será considerado como faturamento para a incidência da alíquota. Embora algumas medidas já tenham sido tomadas, o grau de sonegação e subfaturamento ainda é muito alto no país.
- O setor automotivo também foi destacado na política setorial e terá incentivos tributários, garantindo contrapartidas como investimento, agregação ao valor, emprego, inovação e eficiência. Resta saber se essas medidas abrangem a cadeia produtiva, ou apenas as montadoras, já que as autopeças, em especial as de segundo e terceiro níveis, que em grande medida são de capital nacional, são as que possuem os maiores gargalos produtivos, tecnológicos e de condições de trabalho.

Algumas preocupações:

- * Como serão definidas essas contrapartidas?
 - * Haverá também um espaço tripartite de acompanhamento da implementação das medidas?
 - * Outros setores do ramo metalúrgico e de outros ramos que também têm sofrido impactos negativos com a valorização do real e que são estratégicos para a consolidação de uma indústria nacional não estão contidos nessa primeira apresentação.
- É positiva a garantia de 25% de preferência das compras governamentais para empresas dos setores, como complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados e TIC que apresentarem como contrapartidas a geração de emprego e renda, desenvolvimento e inovação tecnológica. No entanto, é importante que essa medida seja acompanhada pelo comitê.
- Uma das medidas de estímulo à inovação é a manutenção da redução do IPI por mais 12 meses sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais. Não fica claro como essa medida será utilizada para estímulo à inovação, já que não é tratado como contrapartida. Não contempla alguns setores, em especial aqueles relacionados ao novo paradigma produtivo (microeletrônica, química fina, TIC);
- Quanto aos recursos que serão desembolsados pelo BNDES, algo em torno de R\$ 500 bilhões até 2014, as questões são: Como será monitorado? Quais as contrapartidas exigidas? Quais as garantias relacionadas para?
- No que diz respeito à inovação, ponto fundamental para as características e problemas enfrentados atualmente pela indústria nacional, ainda parece uma colcha de retalhos sem norte institucional. Apesar da melhora do marco legal e do aumento de recursos, a maior parte dos programas já existe e necessitam de mudanças mais profundas, mais estruturais, em especial do gerenciamento. Apesar do envolvimento do MCT e MEC não há medidas que envolvam as universidades públicas e seus centros de pesquisa e inovação;
- A questão sobre a qualificação aparece através da meta de elevação de escolaridade, que é importante, mas que não garante por si só a geração de emprego e aumento de renda. O debate sobre qualificação profissional está no MEC, seria importante avaliar esse debate junto ao ramo da educação;
- O governo diz querer proteger a produção nacional, mas não diferencia o capital nacional do capital estrangeiro ao elaborar medidas de desoneração e inovação. Com a crise econômica afetando os mercados europeus e estadunidenses, sedes das principais transnacionais atuantes no Brasil, é de

se esperar que as matrizes acirrem o recolhimento de lucros e dividendos das filiais, as exportações intrafirma para suas filiais e, tão grave quanto, sigam enviando capital para suas filiais aplicarem nos títulos da dívida pública do governo, para aproveitar a arbitragem com os juros altíssimos aqui no Brasil. A única menção que o plano faz a este problema é o Combate a preços subfaturados dos importados.

- É importante a questão dos investimentos para eficiência energética no Plano, mas as medidas relacionadas à questão ambiental não podem ser limitadas a esse tema.

Fonte: Subseção Dieese – CUT Nacional, agosto de 2011.

Plano Brasil Maior

O Brasil cresceu como nunca. Cresceu para todos, com distribuição de renda e inclusão. Em apenas oito anos, gerou 15 milhões de postos de trabalho; fez emergir uma nova classe média, formada por quase 40 milhões de brasileiros e brasileiras que melhoraram de vida; criou uma sólida economia interna, que resistiu a mais grave crise internacional dos últimos 80 anos; tornou-se referência para o mundo inteiro, ao harmonizar crescimento econômico e justiça social.

O Brasil andou rápido e a passos largos. O desafio agora é crescer mais, e incluir ainda mais. O **Plano Brasil Maior** é uma resposta a este desafio.

O objetivo do **Plano**, idealizado para o período 2011-2014, é aumentar a competitividade da indústria nacional, a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor.

Frente a um cenário internacional ainda marcado pela incerteza, é preciso atravessar fronteiras e enfrentar a competição nos mercados globais, conquistar liderança tecnológica em setores estratégicos, internacionalizar as nossas empresas e, ao mesmo tempo, enraizar aqui as estrangeiras, para que elas passem a investir cada vez mais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil.

É preciso fortalecer as cadeias produtivas e proteger a indústria nacional de práticas comerciais ilícitas. Investir em formação e qualificação de mão de obra. Desonerar. Desburocratizar.

É preciso inovar para competir. E competir para seguir crescendo.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a participação dos Ministérios de Ciência e Tecnologia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Casa Civil, o **Brasil Maior** dá continuidade a duas outras recentes políticas de fortalecimento do setor: a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, e a **Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**, lançada em 2008.

Mais abrangente que as políticas anteriores, o Plano prevê um conjunto de medidas de estímulo ao investimento e à inovação, apoio ao comércio exterior e defesa da indústria e do mercado interno.

Desonerações tributárias. Financiamento à inovação. Aplicação de recursos em setores de alta e média/alta tecnologia. Fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Criação de programa para qualificação de mão de obra. Desoneração, financiamento e garantias para as exportações. Preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais nas compras governamentais. Financiamento de projetos que reduzam as emissões de gases de efeito estufa.

Medidas para ajudar o Brasil a dar o salto tecnológico que o país precisa para continuar crescendo. Para estimular a geração de empregos mais qualificados. Para agregar valor ainda maior à nossa matéria-prima mais preciosa: o povo brasileiro.

Medidas

Estímulos ao investimento e à inovação

Desoneração tributária

Redução de IPI sobre bens de investimento:

Estender por mais 12 meses a redução imediata de IPI sobre bens de capital, materiais de construção, caminhões e veículos comerciais leves.

Redução gradual do prazo para devolução dos créditos do PIS-Pasep/Cofins sobre bens de capital:

- De 12 meses para apropriação imediata.

Financiamento ao investimento

Extensão do PSI até dezembro de 2012 (BNDES):

- Orçamento de R\$ 75 bilhões
- Taxa: de 4% a 8,7%
- Mantido o foco em bens de capital, inovação, exportação, Pró-Caminhoneiro.
- Novos setores/programas: componentes e serviços técnicos especializados; equipamentos TICs; ônibus híbridos; Pró-engenharia; Linha Inovação Produção.

Ampliação de capital de giro para MPMEs BNDES Progeren:

Novas condições de crédito e prazo

- Orçamento: de R\$ 3,4 para R\$ 10,4 bilhões
- Taxa de juros: 10 a 13% a.a.
- Prazo de financiamento: de 24 para 36 meses
- Vigência prorrogada até dezembro de 2012
- Novos setores incluídos (para médias empresas): autopeças, móveis e artefatos

Relançamento do Programa BNDES Revitaliza:

Novas condições de financiamento ao investimento

- Orçamento: R\$ 6,7 bilhões
- Taxa fixa: 9%
- Prazos flexíveis conforme projeto
- Vigência até dezembro de 2012
- Novo setor incluído: autopeças

Criação do Programa BNDES Qualificação:

Orçamento de R\$ 3,5 bilhões

- Apoio à expansão da capacidade de instituições privadas de ensino técnico e profissionalizante reguladas pelo MEC
- Taxa de juros máxima: 8,3% a.a.

Criação de Programa para Fundo do Clima (MMA)/BNDES:

- Recursos para financiar projetos que reduzam emissões de gases de efeito estufa.

Financiamento à inovação

Novos recursos para a Finep:

- Aumento de crédito de R\$ 2 bilhões do BNDES para ampliar carteira de inovação em 2011. Taxa de 4% a 5% a.a.

BNDES: crédito pré-aprovado - planos de inovação empresas

- Inclusão de planos plurianuais de inovação das empresas do BNDES Limite de Crédito Inovação.

BNDES: ampliação dos programas setoriais

- Ampliação de orçamento e condições de acesso aos programas setoriais do BNDES (Pró-P&G, Pró-farma, Pró-soft, Pró-Aeronáutica e Pró-plástico), quando da sua renovação.

BNDES: Financiamento para redução de emissões

- Apoio ao desenvolvimento tecnológico e à comercialização de bens de capital com selo de

eficiência energética do Inmetro e para linhas de equipamentos dedicados à redução de emissões de gases de efeito estufa (Fundo Clima – MMA).

Marco legal da inovação

Encomendas tecnológicas:

- Permitir contratos com cláusulas de risco tecnológico previstas na Lei de Inovação.

Financiamento a ICTs privadas sem fins lucrativos:

- Permitir inclusão de projetos de entidades de ciência e tecnologia, privadas sem fins lucrativos, na utilização dos incentivos da Lei do Bem.

Ampliar o atendimento das fundações de apoio às ICT:

- Permitir que as fundações de apoio atendam mais de uma ICT.

Modernização do Marco Legal do Inmetro:

- Ampliação no controle e fiscalização de produtos importados.
- Ampliação do escopo de certificação do Inmetro.
- Implementação da “Rede de Laboratórios Associados para Inovação e Competitividade”.
- Maior facilidade em parcerias e mobilização de especialistas externos.

Comércio Exterior

Desoneração das exportações

Instituição do Reintegra:

- Devolução ao exportador de bens industrializados de 3% sobre valor exportado.

Ampliar o ressarcimento de créditos aos exportadores:

- Mais agilidade aos pedidos de ressarcimento no valor de R\$ 19 bilhões
- Processamento automático dos pedidos de ressarcimento e pagamento em 60 dias a empresas com escrituração fiscal digital, a partir de outubro de 2011.
- Escrituração fiscal digital obrigatória, a partir de março de 2012.

Defesa comercial

Intensificação da defesa comercial: antidumping, salvaguardas e medidas compensatórias:

- Redução de prazos: de 15 para 10 meses (investigação) e de 240 para 120 dias (aplicação de direito provisório).

Combate à circunvenção:

- Extensão de direitos antidumping ou de medidas compensatórias a importações cujo objetivo seja reduzir a eficácia de medidas de defesa comercial em vigor.

Combate à falsa declaração de origem:

- Indeferimento da licença de importação no caso de falsa declaração de origem, após investigação.

Combate a preços subfaturados:

- Fortalecimento da fiscalização administrativa dos preços das importações, para identificação de casos de subfaturamento.

Aperfeiçoamento da estrutura tarifária do Imposto de Importação com foco na Política:

- Apoiar, no âmbito do Mercosul, a proposta de criação de mecanismo para permitir aumento do imposto de importação.

Aumento da exigência de certificação compulsória:

- Instituição (ou ampliação) de tratamento administrativo para importações de produtos sujeitos à certificação compulsória e fortalecimento do controle aduaneiro desses produtos, mediante cooperação entre Inmetro, Secex e Receita Federal.
- 150 novos servidores (Inmetro)

Fortalecimento do combate a importações ilegais:

- Acordo de cooperação MJ-MDIC para combater a violação de propriedade industrial e de certificação compulsória

Suspensão de ex-tarifário para máquinas e equipamentos usados:

- Revisão da Resolução CAMEX suspendendo a concessão de ex-tarifário para bens usados.

Quadruplicar o número de investigadores de defesa comercial:

- Ampliar de 30 para 120 o número de investigadores de defesa comercial.

Financiamento e garantia para exportações

Criação de Fundo de Financiamento à Exportação de MPME – Proex Financiamento:

- Fundo de natureza privada criado no BB para empresas com faturamento de até R\$ 60 milhões.
- A União é o principal cotista (aporte inicial), mas outras instituições poderão fazer parte do fundo.
- Alimentado com os retornos futuros do Proex Financiamento.
- Aprovação na alçada do BB.
- Seguro de crédito à exportação/FGE: sistema informatizado para emissão de apólice on line BB ou BNDES.

Enquadramento automático Proex Equalização:

- Definição de spreads de referência que terão aprovação automática nas exportações de bens e serviços.
- Empresas com faturamento de R\$ 60 a R\$ 600 milhões continuarão com condições de financiamento equiparadas ao Proex Financiamento.

FGE limite rotativo instituições financeiras – países de maior risco:

- Fundo de Garantia à Exportação com limite de US\$ 50 milhões ao ano para exportação de bens manufaturados.
- Pagamento do financiamento abre saldo para novas operações

Promoção comercial

Entrada em vigor do Ata-Carnet:

- Facilitação da circulação dos bens em regime de admissão temporária (sem a incidência de tributos).

Estratégia Nacional de Exportações:

- Adoção de estratégia de promoção comercial por produtos/serviços prioritários em mercados selecionados e adoção dos Mapas de Comex por Estado.

Defesa da Indústria e do Mercado Interno

Desoneração da folha de pagamento

Projeto piloto até 2012 terá medidas acompanhadas por um comitê tripartite formado por governo, sindicatos e setor privado. Setores beneficiados:

- Confecções, calçados, móveis e software
- Pagamento será transferido para o faturamento
- Impacto neutro sobre a Previdência Social

Regime especial setorial

Automotivo: criação de um novo regime

- Incentivo tributário como contrapartida ao investimento, agregação de valor, emprego e inovação.
- Assegurado os regimes regionais e acordo do Mercosul.

Compras governamentais

Regulamentação da Lei 12.349/2010:

- Institui margem, de preferência de até 25%, nos processos de licitação para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam às normas técnicas brasileiras.
- Foco nos setores: complexo de saúde, defesa, têxtil e confecção, calçados e tecnologia da informação e comunicação.
- As margens serão definidas levando em consideração: geração de emprego e renda e desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no país.

Acordo Bancos Públicos: harmonização de políticas de financiamento

Harmonização das condições de financiamento dos bancos públicos com recursos da União (FAT, Fundos Constitucionais, recursos do Tesouro)

Metas

1. Ampliar o investimento fixo em % do PIB

Posição Base (2010): 18,4%

Meta: 22,4%

2. Elevar dispêndio empresarial em P&D em % do PIB

Posição Base (2010): 0,59%

Meta: 0,90% (Meta conjunta com PACTI)

3. Aumentar qualificação de RH: % dos trabalhadores da indústria com pelo menos nível médio

Posição Base (2010): 53,7%

Meta: 65%

4. Ampliar valor agregado nacional: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP)

Posição Base (2009): 44,3%

Meta: 45,3%

5. Elevar % da indústria intensiva em conhecimento: VTI da indústria de alta e média/alta tecnologia/VTI total da indústria

Posição Base (2009): 30,1%

Meta: 31,5%

6. Fortalecer as MPMEs: aumentar em 50% o número de MPMEs inovadoras

Posição Base (2008): 37,1 mil

Meta: 58,0 mil

7. Produzir de forma mais limpa: diminuir consumo de energia por unidade de PIB industrial (consumo de energia em tonelada equivalente de petróleo/tep por unidade de PIB industrial)

Posição Base (2010): 150,7 tep/ R\$ milhão

Meta: 137,0 tep/ R\$ milhão (estimativa a preços de 2010)

8. Diversificar exportações e promover a internacionalização de empresas: diminuir o déficit da balança comercial manufatureira

Posição Base (2010): -2,4% do PIB (semi e manufaturados)

Meta: -1,3% do PIB

9. Elevar participação nacional nos mercados de tecnologias, bens e serviços para energias: aumentar Valor da Transformação Industrial/ Valor Bruto da Produção (VTI/VBP) dos setores ligados a energia

Posição Base (2009): 64%

Meta: 66%

10. Ampliar acesso a bens e serviços para qualidade de vida: ampliar o número de domicílios urbanos com acesso a banda larga (PNBL)

Posição Base (2010): 13,8 milhões

Meta: 40 milhões de domicílios (Meta PNBL)

Blocos Produtivos

Os temas comuns a mais de um segmento foram agrupados em cinco grandes blocos de acordo com suas particularidades técnicas.

Cada bloco contará com um comitê executivo, que são os conselhos de competitividade compostos por representantes do governo e do setor privado. Esta medida deverá ampliar e fortalecer o debate entre governo e sociedade civil.

O Plano Brasil Maior organiza-se em ações transversais e setoriais. As transversais são voltadas para o aumento da eficiência produtiva da economia como um todo. As ações setoriais, definidas a partir de características, desafios e oportunidades dos principais setores produtivos, estão organizadas em cinco blocos que ordenam a formulação e implementação de programas e projetos. A figura a seguir sintetiza esse modelo.



